

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

Relatório da Administração

Mensagem da Administração
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (LeasePlan) submete à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.
Líder mundial em Carro-como-Serviço (Car-as-a-Service), a LeasePlan é uma empresa de origem holandesa que gerencia uma frota de mais de 1,9 milhão de veículos nos mais de 30 países onde atua. Com mais de 50 anos de experiência mundial e completando 20 anos no Brasil, temos muito orgulho em apresentar nossos resultados gerados no primeiro semestre de 2019.
Mais uma vez, colhamos resultados significativos para nossa operação no Brasil traduzidos pelo crescimento de 26% da receita de operações de arrendamento e de um aumento de 96% no nosso Lucro Líquido em comparação ao semestre anterior. Os resultados obtidos no primeiro semestre de 2019 demonstram a assertividade da estratégia e o impacto positivo da nossa força global.
O mercado de carro como serviço deve crescer substancialmente nos próximos anos, impulsionado pela mega tendência de "propriedade do carro para mobilidade como serviço". Para poder oferecer esses novos serviços digitais em níveis de custo digitais e avançando nossas ricas fontes de dados por meio de tecnologias de inteligência artificial. Para tanto, globalmente estamos investindo em uma arquitetura digital flexível, escalável e adaptável às novas plataformas e tecnologias emergentes visando garantir não apenas o melhor serviço aos nossos clientes, como a maior eficiência de custos. Nossa nova arquitetura digital chamada "Next Generation Digital Architecture" consistirá em vários módulos baseados nas boas práticas do grupo LeasePlan, bem como nas melhores práticas de mercado. Com esta abordagem, a LeasePlan será capaz de avançar efetivamente os dados de seus 1,9 milhões de veículos para construir produtos e serviços de frota "inteligentes", e gerenciar todos os aspectos das jornadas de seus clientes em nível de custo digital.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	Jun/2019	Jun/2018
Ativo Circulante		107.297	82.907
Disponibilidades		4.237	3.129
Operações de arrendamento mercantil		53.017	42.813
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	4.(a) / 4.(a,II)	192.966	158.917
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	4.(a) / 4.(a,II)	(173.862)	(146.022)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.(a) / 4.(a,II)	(87)	(82)
Outros créditos		16.237	12.599
Diversos	5.(a)	16.297	13.043
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	4.(b) / 5.(a)	(60)	(444)
Impairment		53.016	54.366
Bens não de uso próprio	5.(b)	39.716	32.154
Despesas antecipadas		28.090	22.212
Ativo realizável a longo prazo		534.312	412.745
Operações de arrendamento mercantil		-	-
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado		149.339	126.250
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(149.339)	(126.250)
Permanente		2.145	1.458
Imobilizado de uso	6.(a)	2.238	2.590
Depreciações acumuladas		(1.093)	(1.132)
Intangível		6.(b)	-
Imobilizado de arrendamento mercantil		532.167	411.268
Bens arrendados		612.719	488.910
Depreciações acumuladas		(80.552)	(77.143)
TOTAL DO ATIVO		641.609	495.652

PASSIVO	Nota	Jun/2019	Jun/2018
Passivo Circulante		322.035	202.999
Obrigações por empréstimos		215.846	116.750
Empréstimos no país	7	215.846	116.750
Outras obrigações		106.189	86.249
Fiscais e previdenciárias	9.(c)	13.306	10.100
Diversas	5.(c)	92.883	76.149
Passivo exigível a longo prazo		184.642	179.887
Obrigações por empréstimos		184.642	179.887
Empréstimos no país	7	184.642	179.887
Patrimônio Líquido		134.931	112.767
Capital Social		91.561	91.561
País	10	72	72
Exterior	10	91.489	91.489
Reserva Legal		2.461	928
Reservas Estatutárias		40.909	20.278
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		641.609	495.652

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com mais de 50 anos de experiência no setor e presente em mais de 30 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede na Alameda Rio Negro, 500 Barueri-SP. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarcas para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. A administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos. As Demonstrações Contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 29 de agosto de 2019.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação: As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídas caixa e contas correntes em bancos (consideradas nos rubricas Disponibilidades) e aplicações financeiras com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Operações de Arrendamento Mercantil:** A carteira de Arrendamento Mercantil Operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.209/96 e 4.696/18 divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: **i) Arrendamentos Operacionais a Receber:** Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **ii) Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil Operacional:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais. **iii) Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. **d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). As operações de Arrendamento Mercantil Operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência. **e) Imobilizado de Uso:** O imobilizado de Uso corresponde aos direitos e bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Até dezembro de 2016, foram demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada; e a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica dos ativos: 60 meses para móveis, utensílios e instalações; e 48 meses para equipamentos de informática e telecomunicação. A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a instituição espera utilizar o ativo. Os bens adquiridos para constituir contratos de Arrendamento Mercantil Operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional. **f) Intangível:** O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN). São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil econômica de 36 meses. **g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment):** Os bens do Imobilizado de Uso e de Arrendamento Mercantil Operacional, bem como os demais ativos não circulares, são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor recuperável do ativo for menor que o valor em uso de acordo com o CPC01, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma perda estimada, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica Impairment. **h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais é realizado de acordo com a Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN), Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN), e em conformidade com o CPC 25 conforme descrito a seguir: **- Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (como decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível). **- Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, móveis através de ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado. **- Obrigações Legais:** Decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **f) Tributos:** Calculadas as alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

	Imposto de Renda	Adicional de Imposto de Renda	Contribuição Social	PIS	COFINS	ISS**
	15,00%	10,00%	15,00%	0,65%	4,00%	2,00%

** Considera a alíquota da cidade de Barueri - SP

f) Ajustamento do Resultado: Em conformidade com o regime de competência, as despesas e receitas são reconhecidas na apuração de resultado do período a que pertencem. As operações com taxas preferenciais são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" data e calculadas com base no método exponencial. As operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. **k) Estimativas contábeis:** Na preparação das Demonstrações Contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: perdas estimadas para contraprestações de arrendamentos operacionais de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso, provisões para contingências e avaliação de valor recuperável dos ativos (Impairment) e provisões fiscais, cíveis e trabalhistas. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos reconhecidos nas presentes demonstrações, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Composição da Carteira e Perdas estimadas para Contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional de Liquidação Duvidosa distribuídas pelos Níveis de Risco

Nível de risco	% Provisão mínima	Carteira	Provisão
AA	0%	8.506	4.513
A	0,5%	8.275	5.985
B	1%	1.340	1.246
C	3%	955	1.120
E	10%	11	20
F	50%	7	7
G	70%	-	-
H	100%	-	-
Total		19.104	12.895

b) Movimentação da Perda estimada para Contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional de Liquidação Duvidosa

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	(277)	(224)
Constituição de provisão	(63)	(54)
Reversão de provisão	198	196
Baixa de provisão	55	-
Saldo no final do período	(87)	(82)

II. Composição da Carteira de Arrendamento Mercantil Operacional por Setor de Atividade

Setor Privado	30/06/2019	%	30/06/2018	%
Pessoa Jurídica				
Indústria	17.722	92,77%	10.879	84,36%
Mineração	-	0,00%	197	1,53%
Tecnologia	1.045	5,47%	571	4,43%
Outras indústrias	1.640	8,58%	1.880	14,58%
Engenharia	413	2,16%	462	3,59%
Automotiva	132	0,68%	13	0,10%
Alimentação	3.212	16,81%	535	4,15%
Elétrica	802	4,20%	468	3,63%
Química	10.478	54,85%	5.904	45,78%
Telecomunicação	-	-	848	6,58%
Serviços	1.296	6,78%	1.026	7,95%
Comércio	86	0,45%	991	7,68%
Total	19.104	100%	12.895	100%

b) Movimentação da Perda Estimada em Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	(456)	(382)
Constituição de provisão	(61)	(222)
Reversão de provisão	442	160
Baixa provisão	15	-
Saldo no final do período	(60)	(444)

c) Receitas e Despesas de Arrendamento Mercantil Operacional

	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Arrendamento Mercantil	112.532	89.102
Receitas na Finalização de Contratos de Arrendamento	9.667	9.282
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	122.199	98.384
Despesas com Bens Arrendados		
Depreciação	(29.069)	(24.025)
Tributos a Compensar ^(a)	(16.898)	(12.024)
IPVA e Despachantes	(11.156)	(8.855)
Seguros ^(b)	(8.032)	(5.724)
Despesas com Veículos Substituído	(1.181)	(1.087)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil ^(c)	(1.315)	(1.776)
Total das Despesas de Arrendamento Mercantil	(67.451)	(53.491)

^(a) Referem-se a receitas apuradas na venda dos bens arrendados, bem como multas em decorrência do descumprimento de contratos de Arrendamento Operacional. ^(b) As despesas de seguros referem-se a prêmios pagos às seguradoras relativos a seguros de danos próprios, terceiros e assistência 24 horas. ^(c) Referem-se, majoritariamente a provisão sobre as receitas apuradas na venda dos bens arrendados que, por acordos contratuais, serão parcialmente compartilhadas com os arrendatários, custos com assistência 24 horas e custos de visita veicular.

d) Operações renegociadas, recuperadas e baixadas para prejuízo: Não ocorreram operações renegociadas, recuperadas no semestre findo em 30 de junho de 2019.

5. DETALHAMENTO DE CONTAS

	30/06/2019	30/06/2018
a) Outros Créditos		
Serviços a Receber ^(a)	5.248	3.091
Repasses de Despesas ^(b)	2.557	1.856
Tributos a Compensar ^(c)	86	6.092
Adiantamentos a fornecedores	543	471
Depósitos Judiciais	407	378
Sinistros a receber	8	785
Outros ^(d)	1.086	370
Diversos	16.297	13.043
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa^(e)	(60)	(444)
Total de Outros Créditos Diversos	16.237	12.599

(a) Referem-se aos repasses de serviços prestados em conjunto com as operações de Arrendamento Mercantil Operacional já facturados aos clientes; (b) Referem-se a despesas com veículos arrendados a serem reembolsadas pelos clientes conforme previsto em contrato; (c) Referem-se a impostos (IR, CSLL, PIS e COFINS) a serem compensados futuramente; (d) Trata-se de valores a receber das Companhias do Grupo (LeasePlan Global Procurement e CarNext); (e) Composto pelas perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa sobre valores de Serviços a Receber e Repasses de Despesas para cobertura de eventuais perdas na realização.

b) Outros Valores e Bens

	30/06/2019	30/06/2018
Veículos pendentes de entrega ^(a)	31.700	18.510
Veículos disponíveis para venda ^(b)	8.016	13.644
Bens não de uso próprio	39.716	32.154
Outras despesas administrativas ^(c)	28.090	22.212
Total de Outros valores e bens	67.806	54.366

(a) Referem-se a veículos adquiridos para fins de arrendamento mercantil operacional e que ainda não foram entregues aos seus arrendatários. (b) Composto por veículos em processo de venda oriundos do Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional quando da terminação dos contratos. (c) Correspondem, majoritariamente, aos valores pagos antecipadamente de seguros e imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos arrendados, os quais são apropriados ao resultado proporcionalmente ao período a incorrer destas despesas.

c) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para despesas com frota de arrendamento ^(a)	68.354	58.998
Outras contas a pagar - fornecedores ^(b)	1.477	10.829
Despesa pessoal	1.979	1.966
Provisão para contingência ^(c)	4.801	4.339
Dividendos a pagar	332	-
Total Outras Obrigações Diversas	92.883	76.149

(a) Correspondem às provisões para futuros desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas, entre outros custos relacionados aos veículos arrendados; (b) Correspondem, majoritariamente, a valores a pagar às concessionárias decorrentes de aquisição de veículos; (c) Veja nota 8b.

d) Despesas de Pessoal

	30/06/2019	30/06/2018
Proventos	(5.590)	(6.426)
Ercargos sociais	(1.564)	(1.853)
Benefícios	(1.900)	(1.971)
Total das Despesas de Pessoal	(9.114)	(10.250)

e) Outras Despesas Administrativas

	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.424)	(2.980)
Despesas de depreciação - bens de uso próprio	(380)	(314)
Despesas de serviços de informática	(106)	(157)
Despesas de serviços de terceiros	(571)	(1.035)
Benefícios	(58)	(114)
Despesas de comunicação	(371)	(125)
Despesas de transporte	(59)	(51)
Despesas de equipamento e manutenção	(90)	(75)
Despesas de aluguel	(467)	(467)
Despesas de escritório e predial ^(a)	(197)	(387)
Outras despesas administrativas ^(b)	(308)	(587)
Total de outras despesas administrativas	(5.034)	(6.292)

(a) Referem-se a despesas com materiais de escritório, água, luz, telefonia, entre outros custos relacionados ao funcionamento da sede da LeasePlan. (b) Refere-se a despesas com eventos, marketing, ações filantrópicas, entre outras despesas.

f) Outras Receitas e Despesas Operacionais

	30/06/2019	30/06/2018
--	------------	------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.

Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela

governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos

a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR-039655/O-9